

*À E.S.T.R. e ao Edil Jorge, Carlos,  
Ubaí, 1º/12/14. Rafael,  
Vantius, Samuel.*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**

Estado de Minas Gerais

*[Assinatura]*  
Vereadora Rosângela Alfenas  
Presidente da Câmara

**MENSAGEM Nº 061, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**

**Senhora Presidente da Câmara Municipal de Ubá,  
Senhores Vereadores,**

*Correspondência recebida em  
01/12/14  
AS 17:14  
[Assinatura]  
12014  
14025*

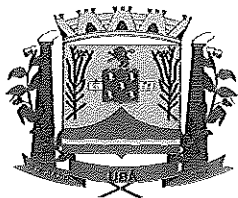
Cumpre-nos encaminhar a V.Exas., para tramitação e votação da Câmara Municipal de Ubá, nos termos do art. 55, XVI, da Lei Orgânica Ubaense, o Projeto de Lei Complementar anexo, que **“altera os artigos 2º, 7º, 11, 13 e 14 da Lei Complementar 151/2013, que dispõe sobre as funções públicas de Agente Comunitário de Saúde do PSF e Agente de Combate às Endemias, no âmbito da Administração Direta do Município de Ubá, e dá outras providências”**.

Dadas as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde e pelos agentes de combate às endemias, além da exigência de realização de curso de qualificação básica de formação, foram propostos outros requisitos específicos, como o da obrigatoriedade de residência na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público para o agente comunitário de saúde.

Ao estabelecer o processo seletivo público para a contratação dos agentes, exige-se a observância no referido processo dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para se adequar a situação de Ubá à nova realidade estabelecida pela Emenda Constituição 51, foi editada em nossa cidade a Lei Complementar 151/13, que *dispõe sobre as funções públicas de Agente Comunitário de Saúde do PSF e Agente de Combate às Endemias*.

O Município está ultimando os preparativos para a realização do processo seletivo público para a contratação desses Agentes. Foi, contudo, nesse interim, promulgada a Lei



## PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

Estado de Minas Gerais

Federal 12.994, de 17 de junho de 2014, cópia inclusa, que, dentre outras disposições, estabelece o piso salarial profissional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes de Combate às Endemias.

Desta forma, o presente projeto de lei visa, tão somente, a adequar a legislação municipal ubaense às inovações trazidas pela Lei Federal 12.994/14, para o que contamos com o apoio e aprovação dos Senhores Vereadores.

Eis, pois, a matéria que oferecemos à consideração dos Senhores Vereadores, invocando a tramitação de urgência de que trata o art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,

EDVALDO BAIÃO ALBINO  
(Vadinho Baião)  
Prefeito de Ubá

CLECIO DA SILVA GIORNI  
Secretário Municipal de Governo

RODRIGO ANTONIO RIBEIRO  
Procurador Geral do Município